

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

ENCONTRO LEGISLATIVO - 4 DIAS

0026/1509 ENCONTRO ESTADUAL DO PODER LEGISLATIVO: DECISÕES QUE FORTALECEM A GESTÃO, O CONTROLE E A CREDIBILIDADE DAS CÂMARAS

Aspectos da Reforma Tributária que impactam pequenos municípios, Orçamento impositivo, elaboração de leis, fiscalização, ouvidoria, transparência e fixação de subsídios com foco em responsabilidade, segurança institucional e aplicação prática.

DATA DE INÍCIO: 15/09/26

DATA DE CONCLUSÃO: 18/09/26

Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354, Centro, Porto Alegre-RS

GERAR PROPOSTA COMERCIAL

GARANTIR MINHA VAGA →

RESERVE HOTEL →

VEJA O TEMÁRIO

GERAR PDF DA PÁGINA



CÓDIGO CURSO

0026/1509 - Módulo Reduzido



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%.



CURSO PARA VEREADORES E CÂMARAS MUNICIPAIS | ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E TRANSPARÊNCIA

O Encontro Estadual do Poder Legislativo Municipal é uma capacitação prática voltada a vereadores, presidentes de Câmara, assessores, procuradores, controladores internos, servidores e equipes técnicas que atuam nas Câmaras Municipais. O curso aborda temas essenciais para a atuação institucional do Legislativo Municipal, incluindo prerrogativas do vereador, exigências dos Tribunais de Contas, transparência pública, ouvidoria legislativa, participação cidadã e fortalecimento da relação entre Câmara e comunidade. A formação também trata de conselhos municipais, parcerias público-privadas, desenvolvimento local e boas práticas para tornar a Câmara mais eficiente, participativa e alinhada às responsabilidades legais e institucionais. A proposta é preparar vereadores, assessores e servidores para tomar decisões mais seguras, qualificar a atuação da Câmara Municipal e fortalecer a credibilidade do Poder Legislativo perante a população e os órgãos de controle.



PROGRAMAÇÃO

Terça-Feira:

11h – Credenciamento, Retirada de Material



INVESTIMENTO

O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado. **O valor acima é o valor bruto, e o boleto será emitido com**



PÚBLICO ALVO

Inter

Pref



Começar uma conversa no WhatsApp

14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h:30min – 10:30h: Turno de Aula

11h: Entrega do Certificado.

o valor já descontado o IRRF

R\$1490,00

Cancelamento: informe pelo WhatsApp (51) 9999.1.5809 com, no mínimo, **24h de antecedência**. Após esse prazo, poderá haver cobrança de taxa.



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS - Consultoria e Treinamento CNPJ: 30.050.141/0001-80. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre -

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809

Câmara, Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista, recepcionista, atendimento ao público, técnico de informática e setor de informática, técnico em contabilidade, Atendimento Procons Municipais, Serviços Gerais e demais profissionais interessados no tema.

ACESSO ANTECIPADO

RECEBA NOSSAS PROMOÇÕES ANTES DE TODO MUNDO

Cadastre-se gratuitamente e seja avisado em primeira mão sobre cursos, condições especiais e novas oportunidades do INLEGIS.

✓ Promoções antecipadas ✓ Novos cursos

✓ Condições especiais

NOME

Seu nome

WHATSAPP

(00) 00000-0000

E-MAIL

seuemail@exemplo.com

Ao preencher e enviar este formulário, você concorda em receber promoções, novidades sobre cursos e comunicações do INLEGIS por WhatsApp e e-mail. O cancelamento poderá ser solicitado a qualquer momento.

QUERO RECEBER ANTES →

🔒 Seus dados estão seguros. Nada de mensagens excessivas.

GRADE DE PALESTRAS

TEMAS DEBATIDOS DURANTE O EVENTO

Confira os assuntos que serão abordados e conheça os profissionais responsáveis por cada palestra.

CONHECER OS TEMAS ↓



INDICAR O EVENTO A UM COLEGA

CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES:

AULA | TERÇA-TARDE

A ATUAÇÃO NO PODER PÚBLICO EXIGE DOS AGENTES PÚBLICOS, VEREADORES, SERVIDORES E DEMAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS O CONHECIMENTO DOS LIMITES LEGAIS DE SUAS CONDUTAS E DAS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DE ATOS PRATICADOS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. O DESCONHECIMENTO DAS NORMAS APLICÁVEIS PODE RESULTAR EM RESPONSABILIZAÇÕES NAS ESFERAS PENAL, ADMINISTRATIVA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL, COMPROMETENDO A REGULARIDADE DA GESTÃO E A CONFIANÇA DA SOCIEDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.

ESTE CURSO APRESENTA UMA ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CRIMES RELACIONADOS A LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SITUAÇÕES QUE PODEM LEVAR À PERDA DE MANDATO OU À RESTRIÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS, CONTRIBUINDO PARA UMA ATUAÇÃO MAIS ÉTICA, RESPONSÁVEL E ALINHADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA.

CRIMES PRATICADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

PECULATO;

PECULATO CULPOSO;

PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM;

INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO;

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS PÚBLICAS;

CONCUSSÃO;

CORRUPÇÃO PASSIVA;

PREVARICAÇÃO;

CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA;

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA;

DESACATO;

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA;

CORRUPÇÃO ATIVA;

SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO.

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021:

CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL;

FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO;

PATROCÍNIO DE CONTRATAÇÃO INDEVIDA;

MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO;

PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO;

AFASTAMENTO DE LICITANTE;

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE.

VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA;

ABANDONO DE FUNÇÃO;

EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE
ANTECIPADO OU PROLONGADO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL.

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULARES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:

USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA;

DESOBEDIÊNCIA;

FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO;

CONTRATAÇÃO INIDÔNEA;

IMPEDIMENTO INDEVIDO;

OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO
POR PROJETISTA.

CONDUTAS QUE PODEM LEVAR À PERDA DE MANDATO OU À CASSAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

NOVA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO E OS IMPACTOS SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS

AULA | QUARTA-MANHA

BASES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO E AS RAZÕES QUE LEVARAM À ALTERAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO.

SERÃO EXAMINADOS O IBS, A CBS E O IMPOSTO SELETIVO, SUAS COMPETÊNCIAS, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E A RELAÇÃO DESSES TRIBUTOS COM O SISTEMA ATUALMENTE EXISTENTE.

A ABORDAGEM DEMONSTRARÁ A PASSAGEM GRADUAL DA TRIBUTAÇÃO PREDOMINANTEMENTE VINCULADA À ORIGEM PARA UM SISTEMA ESTRUTURADO SOBRE O PRINCÍPIO DO DESTINO.

SERÁ ANALISADO, DE FORMA ESPECÍFICA, O TRATAMENTO CONFERIDO AO ISS DURANTE O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E SUA SUBSTITUIÇÃO PELO IBS.

OS PARTICIPANTES CONHECERÃO O CRONOGRAMA CONSTITUCIONAL DA TRANSIÇÃO, DISTINGUINDO AS MUDANÇAS INICIADAS EM 2026 DAS ETAPAS PREVISTAS PARA OS ANOS SEQUINTE.

SERÁ ESTUDADA A CONVIVÊNCIA DOS TRIBUTOS ATUAIS COM O NOVO MODELO E OS CUIDADOS NECESSÁRIOS DURANTE ESSE PERÍODO DE ADAPTAÇÃO.

O CURSO ABORDARÁ A COMPETÊNCIA COMPARTILHADA DO IBS E AS ATRIBUIÇÕES RESERVADAS À UNIÃO, AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS.

O DIAGNÓSTICO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO QUE ANTECEDEU A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023.

A MUDANÇA DA LÓGICA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NO BRASIL.

ESTRUTURA DO NOVO MODELO DE IVA DUAL BRASILEIRO.

CBS — CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS.

EXTINÇÃO DO ISS E VIGÊNCIA INTEGRAL DO NOVO MODELO A PARTIR DE 2033.

CONVIVÊNCIA ENTRE O SISTEMA ATUAL E O NOVO SISTEMA DURANTE A TRANSIÇÃO.

O PAPEL INSTITUCIONAL DO COMITÊ GESTOR DO IBS.

ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IBS.

INSTRUTOR



LUIZ EDUARDO ZANOTO

Advogado, Especialista em Direito do Estado e MBA em Planejamento Tributário. Vencedor do Concurso de Palestrantes do Grupo Negócios Públicos

IBS — IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS.

IMPOSTO SELETIVO: FINALIDADE E POSIÇÃO NO NOVO SISTEMA.

COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS.

IBS COMO IMPOSTO DE COMPETÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.

O PRINCÍPIO DO DESTINO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS.

ORIGEM X DESTINO: COMPREENSÃO PRÁTICA DA MUDANÇA DE MODELO.

O CRONOGRAMA CONSTITUCIONAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA.

2026 COMO ANO INICIAL DE TESTE DA CBS E DO IBS.

O QUE EFETIVAMENTE MUDA EM 2026.

ALTERAÇÕES PREVISTAS PARA 2027 E 2028.

TRANSIÇÃO DO ICMS E DO ISS PARA O IBS ENTRE 2029 E 2032.

REDUÇÃO PROGRESSIVA DO ISS DURANTE O PERÍODO DE TRANSIÇÃO.

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS.

REFLEXOS DO NOVO MODELO SOBRE OS MUNICÍPIOS.

PERFIL ECONÔMICO, POPULAÇÃO E CONSUMO: FATORES RELEVANTES PARA ANÁLISE DOS IMPACTOS MUNICIPAIS.

MUNICÍPIOS PREDOMINANTEMENTE PRESTADORES DE SERVIÇOS E OS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO DO ISS.

MUNICÍPIOS CONSUMIDORES E AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DECORRENTES DO PRINCÍPIO DO DESTINO.

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS.

REDUÇÃO DO ESPAÇO PARA DISPUTAS FISCAIS BASEADAS NA LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

PLANEJAMENTO DA TRANSIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS.

RISCOS FISCAIS E ORÇAMENTÁRIOS DURANTE O PERÍODO DE MUDANÇA.

PREPARAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO PARA O NOVO SISTEMA.

AUTONOMIA FINANCEIRA MUNICIPAL E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A RECEITA PRÓPRIA

AULA | QUARTA-TARDE

A ABORDAGEM DIFERENCIARÁ AS RECEITAS DIRETAMENTE ADMINISTRADAS PELO MUNICÍPIO DAQUELAS DECORRENTES DE REPARTIÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS. SERÃO ESTUDADOS ESPECIALMENTE O IPTU E O ITBI, TRIBUTOS QUE PERMANECEM SOB COMPETÊNCIA MUNICIPAL E CUJA ADMINISTRAÇÃO CONTINUARÁ DEPENDENDO DIRETAMENTE DA ESTRUTURA LOCAL. TAMBÉM SERÃO EXAMINADAS AS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS RELACIONADAS AO IPVA E SEUS POSSÍVEIS REFLEXOS NAS RECEITAS COMPARTILHADAS COM OS MUNICÍPIOS. O TREINAMENTO DEMONSTRARÁ A IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, DA CORRETA IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS E DA MELHORIA DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES FISCAIS. SERÃO ABORDADAS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE CADASTRO IMOBILIÁRIO, GEORREFERENCIAMENTO, REGISTROS PÚBLICOS E OUTRAS BASES DE DADOS, OBSERVADOS OS LIMITES LEGAIS APLICÁVEIS.

INSTRUTOR



LUIZ EDUARDO ZANOTO

Advogado, Especialista em Direito do Estado e MBA em Planejamento Tributário. Vencedor do Concurso de Palestrantes do Grupo Negócios Públicos

A FISCALIZAÇÃO SERÁ TRATADA A PARTIR DE CRITÉRIOS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO DE RISCOS E UTILIZAÇÃO RESPONSÁVEL DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO.

O OBJETIVO SERÁ DEMONSTRAR COMO ORGANIZAÇÃO CADASTRAL, TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA FISCAL PODEM CONTRIBUIR PARA MAIOR EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEM CRIAÇÃO ARTIFICIAL DE OBRIGAÇÕES.

AO FINAL, SERÃO APRESENTADAS MEDIDAS QUE PODEM AUXILIAR CADA MUNICÍPIO A DIAGNOSTICAR SUA ESTRUTURA DE RECEITAS E PREPARAR UMA ESTRATÉGIA FISCAL COMPATÍVEL COM O NOVO CENÁRIO TRIBUTÁRIO.

REFORMA TRIBUTÁRIA E AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS.

O QUE EFETIVAMENTE MUDA NA CAPACIDADE MUNICIPAL DE ADMINISTRAR RECEITAS TRIBUTÁRIAS.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA E RECEITAS PROVENIENTES DE REPARTIÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO.

A SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DO ISS PELO IBS E SEUS EFEITOS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.

COMO REDUZIR A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DA ARRECADAÇÃO DO ISS DURANTE A TRANSIÇÃO.

PLANEJAMENTO DAS RECEITAS DIANTE DA MUDANÇA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO.

A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA GESTÃO EFICIENTE DOS TRIBUTOS QUE PERMANECEM SOB COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

IPTU APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.

COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA INSTITUIÇÃO, LANÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO IPTU.

ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU DENTRO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.

ITBI APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.

GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS TRANSMISSÕES IMOBILIÁRIAS.

IPVA E AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA REFORMA TRIBUTÁRIA.

REFLEXOS MUNICIPAIS DECORRENTES DA REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DA RECEITA DO IPVA.

DIAGNÓSTICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL

ARRECADAÇÃO EFICIENTE SEM AUMENTO AUTOMÁTICO DE ALÍQUOTAS.

CADASTRO IMOBILIÁRIO COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E IDENTIFICAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS.

GEORREFERENCIAMENTO APLICADO À GESTÃO TERRITORIAL E TRIBUTÁRIA.

INTEGRAÇÃO ENTRE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS E CADASTRO IMOBILIÁRIO.

INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM REGISTROS PÚBLICOS, OBSERVADAS AS COMPETÊNCIAS E LIMITAÇÕES LEGAIS.

CRUZAMENTO DE BASES DE DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS CADASTRAIS E FISCAIS.

QUALIDADE, INTEGRIDADE E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO.

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ORIENTADA POR PLANEJAMENTO E EVIDÊNCIAS.

GESTÃO DE RISCOS NA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL.

SELEÇÃO DE CONTRIBUINTES E OPERAÇÕES A PARTIR DE CRITÉRIOS OBJETIVOS.

USO RESPONSÁVEL DE TECNOLOGIA E DADOS NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

TRANSFORMAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FISCAIS EM INSTRUMENTOS DE GESTÃO.

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.

PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA FORTALECIMENTO SUSTENTÁVEL DA RECEITA PRÓPRIA.

ORIENTAÇÕES PARA A CORRETA TRAMITAÇÃO DE MATÉRIAS / CAUTELAS PARA O CUMPRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

AULA | QUINTA-MANHA

O CUMPRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO É INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A VALIDADE, A EFICÁCIA E A SEGURANÇA JURÍDICA DAS NORMAS MUNICIPAIS. EQUÍVOCOS NA TRAMITAÇÃO DAS MATÉRIAS, NA OBSERVÂNCIA DAS COMPETÊNCIAS, DOS QUÓRUNS OU DOS PROCEDIMENTOS REGIMENTAIS PODEM RESULTAR EM VÍCIOS FORMAIS E NA INVALIDAÇÃO DOS ATOS LEGISLATIVOS.

ESTE CURSO TEM POR OBJETIVO ORIENTAR VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES PÚBLICOS SOBRE AS ETAPAS DO PROCESSO LEGISLATIVO, AS CAUTELAS NECESSÁRIAS NA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS PARA A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS, FORTALECENDO A LEGALIDADE, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DA PRODUÇÃO NORMATIVA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

PROCESSO LEGISLATIVO – COMO DEVE OCORRER A TRAMITAÇÃO DAS MATÉRIAS LEGISLATIVAS:

CONCEITOS FUNDAMENTAIS:

DEFINIÇÃO DE “PROCESSO LEGISLATIVO”;

PAPEL E FUNÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS;

TIPOS OU ESPÉCIES LEGISLATIVAS.

FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO:

FASE INTRODUTÓRIA OU INICIATIVA:

INICIATIVA:

INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE;

INICIATIVA RESERVADA, EXCLUSIVA OU PRIVATIVA;

INICIATIVA VINCULADA.

FASE CONSTITUTIVA:

ABERTURA DO PROCESSO LEGISLATIVO

DISCUSSÃO DO PROJETO LEGISLATIVO:

LEITURA EM SESSÃO PLENÁRIA;

PUBLICIDADE DOS PARECERES;
ENCAMINHAMENTO PARA A SESSÃO PLENÁRIA.

EMENDAS PARLAMENTARES:

REQUISITOS, CONSIDERANDO A MATÉRIA TRATADA;

TIPOS OU ESPÉCIES;

MOMENTO PARA A SUA APRESENTAÇÃO.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM PLENÁRIO:

QUÓRUM;

DINÂMICA DAS SESSÕES LEGISLATIVAS;

TÉCNICAS DE ARGUMENTAÇÃO E CONVENCIMENTO;

VOTAÇÃO.

APRECIÇÃO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

PAPEL DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NA ELABORAÇÃO DAS LEIS.

SANÇÃO EXPRESSA E SANÇÃO TÁCITA

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

Mestre em Direito pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, graduado em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (2017 - 2020), na Câmara Municipal de Porto Alegre (2020 - 2021) e no Ministério Público do RS (2021 - 2022). É advogado do escritório Weber Advogados, em São Paulo.

ENCAMINHAMENTO PARA AS COMISSÕES;
ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES;
ANÁLISE E PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA;
AUDIÊNCIA PÚBLICA;

TIPOS OU ESPÉCIES DE VETO
APRECIAÇÃO DE VETO TOTAL OU PARCIAL
FASE COMPLEMENTAR OU INTEGRADORA:
PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI):

AULA | QUINTA-TARDE

A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPIS) É FUNDAMENTAL PARA FORTALECER A RESPONSABILIDADE E A CREDIBILIDADE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. A CORRETA INSTAURAÇÃO E CONDUÇÃO DESSES COLEGIADOS EXIGE CONHECIMENTO TÉCNICO, OBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E REGIMENTAIS E RESPEITO ÀS GARANTIAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

ESTA CAPACITAÇÃO APRESENTA OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS, COMPETÊNCIAS E LIMITES DE ATUAÇÃO DESSAS COMISSÕES, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA AOS VEREADORES, ASSESSORES, PROCURADORES E SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR:

CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR;

FINALIDADE INSTITUCIONAL E IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO NA PRESERVAÇÃO DA CREDIBILIDADE, DA MORALIDADE E DA CONFIANÇA NO PODER LEGISLATIVO;

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ATUAÇÃO DA COMISSÃO;

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO E SUA RELAÇÃO COM A MESA DIRETORA, PRESIDÊNCIA E PLENÁRIO;

INFRAÇÕES ÉTICAS E HIPÓTESES DE QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR;

CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR E CRITÉRIOS PARA SUA CARACTERIZAÇÃO;

REPRESENTAÇÃO, ADMISSIBILIDADE DA

NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS;

REQUISITOS DE CRIAÇÃO;

INSTALAÇÃO, COMPOSIÇÃO, ESCOLHA DOS MEMBROS, PRESIDÊNCIA, RELATORIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS;

PODERES INVESTIGATÓRIOS PRÓPRIOS DAS AUTORIDADES JUDICIAIS E SUA APLICAÇÃO PELAS CPIS;

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA ATIVIDADE INVESTIGATIVA PARLAMENTAR;

CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADES, SERVIDORES, PARTICULARES E TESTEMUNHAS; OITIVA DE TESTEMUNHAS; DEPOIMENTO DE INVESTIGADOS;

COLETA DE INFORMAÇÕES;

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS E REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS;

QUEBRA DE SIGILOS: POSSIBILIDADES E LIMITES:

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE.

REPRESENTAÇÃO, ADMISSIBILIDADE E DA DENÚNCIA E REQUISITOS PARA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR.

FASES DO PROCESSO DISCIPLINAR:

INSTAURAÇÃO, INSTRUÇÃO, PRODUÇÃO DE PROVAS, RELATÓRIO E JULGAMENTO;

GARANTIAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL;

SANÇÕES APLICÁVEIS.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPIS):

CONDUÇÃO DE REUNIÕES, DELIBERAÇÕES, VOTAÇÕES DE REQUERIMENTOS E PRODUÇÃO DE ATAS;

RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL: ESTRUTURA, CONTEÚDO, APROVAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES;

RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL DECORRENTE DAS INVESTIGAÇÕES;

NULIDADES E VÍCIOS PROCESSUAIS MAIS COMUNS.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI), OUVIDORIAS PÚBLICAS, DIREITO E ATOS ADMINISTRATIVOS NAS ROTINAS DO PODER PÚBLICO:

AULA | SEXTA-TARDE

A ADEQUAÇÃO DO PODER PÚBLICO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) E A NECESSÁRIA HARMONIZAÇÃO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) SÃO INDISPENSÁVEIS PARA ASSEGURAR A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS CIDADÃOS NAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS E NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, E, POR OUTRO LADO, PARA ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A CONFORMIDADE DE ATOS E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS. AO MESMO TEMPO, A CORRETA COMPREENSÃO DO DIREITO E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FORTALECE A TOMADA DE DECISÕES E REDUZ RISCOS DE NULIDADES E RESPONSABILIZAÇÕES.

ESTE CURSO VISA A TRATAR DESSES TEMAS COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

IMPORTÂNCIA DO EFETIVO CUMPRIMENTO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS

DESTAQUES DA LEI Nº 13.709/2018:

COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS;

PRINCIPAIS HIPÓTESES DE TRATAMENTO E DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO.

IMPORTÂNCIA DO EFETIVO CUMPRIMENTO DA LAI NOS MUNICÍPIOS

DESTAQUES DA LEI Nº 12.527/2011:

REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES À OUVIDORIA PÚBLICA;

NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO MANIFESTANTE / DENUNCIANTE.

NOÇÕES DE DIREITO E ATOS ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

CONCEITO;

ATRIBUTOS;

ELEMENTOS (REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS): COMPETÊNCIA, FINALIDADE, FORMA, MOTIVO E OBJETO;

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS;
FUNDAMENTOS;
DIRETRIZES.
LGPD E LAI:
A NECESSÁRIA HARMONIZAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO.

LAI E OUVIDORIA:

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIBERDADE DE AÇÃO:
ATOS VINCULADOS X ATOS DISCRICIONÁRIOS;
DISCRICIONARIEDADE X ARBITRARIEDADE;
NULIDADE E ANULAÇÃO – CONCEITO,
CONVALIDAÇÃO, CASOS PRÁTICOS;
REVOGAÇÃO.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO E EMENDAS PARLAMENTARES

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

EMENDAS PARLAMENTARES

VEREADORES

PPA LDO LOA

TCE

Curso para compreender a elaboração, execução e fiscalização das emendas parlamentares impositivas no âmbito municipal. O conteúdo aborda competências do Legislativo, limites constitucionais, compatibilidade com PPA, LDO e LOA, transparência e prevenção de apontamentos do Tribunal de Contas.

Início:
18/08/2026

Encerramento:
21/08/2026

3026/1808 – ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO PODER PÚBLICO:
Fundamentos constitucionais e legais do orçamento impositivo; competências do legislativo na indicação e fiscalização; elaboração, apresentação e execução das emendas impositivas; limites, percentuais e critérios obrigatórios; compatibilidade com PPA, LDO e LOA; transparência, controle e prestação de contas; principais riscos, apontes do TCE e boas práticas de gestão
CÓDIGO: *3026/1808

REFORMA TRIBUTÁRIA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

REFORMA TRIBUTÁRIA

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

REEQUILÍBRIO

FISCALIZAÇÃO

LEI 14.133

Curso voltado à identificação e gestão dos efeitos da Reforma Tributária sobre os contratos administrativos. Serão abordados custos, reequilíbrio econômico-financeiro, instrução processual, fiscalização contratual e prevenção de inconsistências. Com Professor Luiz Zanotto.

CONSULTE NOSSA EQUIPE PARA REALIZAR O MÓDULO REDUZIDO COM 2 DIAS DE DURAÇÃO

Início:
19/08/2026

Encerramento:
20/08/2026

2026/1908 – REFORMA TRIBUTÁRIA APLICADA AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: IMPACTOS, REEQUILÍBRIO E GESTÃO CONTRATUAL
Aspectos da Reforma Tributária que impactam pequenos municípios, Orçamento impositivo, elaboração de leis, fiscalização, ouvidoria, transparência e fixação de subsídios com foco em responsabilidade, segurança institucional e aplicação prática.
CÓDIGO: *2026/1908 - MÓDULO REDUZIDO

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL NA PRÁTICA

PCA

LEI 14.133

COMPRAS PÚBLICAS

PLANEJAMENTO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Curso para estruturar um Plano de Contratações Anual alinhado à Lei nº 14.133/2021 e preparado para a fiscalização. O conteúdo aborda organização de demandas, planejamento orçamentário, cronogramas, priorização, registros e uso responsável da Inteligência Artificial.

Início:
25/08/2026

Encerramento:
28/08/2026

1026/2508 – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL NA PRÁTICA: COMO ESTRUTURAR UM PCA QUE RESISTA À FISCALIZAÇÃO
Elaboração aplicada para executivo e legislativo, com base na lei nº 14.133/2021 e na legislação local, integrando demandas, planejamento, orçamento, cronograma, priorização, registros e uso responsável de inteligência artificial (ETP, TR, DFD, PCA)
CÓDIGO: *1026/2508

EXECUTIVO E LEGISLATIVO

EXECUTIVO

LEGISLATIVO

Curso para compreender a elaboração, execução e fiscalização das emendas parlamentares impositivas no âmbito municipal. O conteúdo aborda competências do Legislativo, limites constitucionais, compatibilidade com PPA, LDO e LOA, transparência e prevenção de apontamentos do Tribunal de Contas.

Início:
25/08/2026

0026/2508 – EXECUTIVO E LEGISLATIVO: ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS E BOAS PRÁTICAS
Atualização de conhecimentos e boas práticas de gestão para o executivo e legislativo, com foco em transparência, controle e prestação de contas, além da aplicação prática de ferramentas de gestão pública.
CÓDIGO: *0026/2508



Outras opções de cursos:

